

DOI:

DIFICULDADES PARA INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA POPULAÇÃO NEUROPEDIÁTRICA DE GUARAPUAVA E REGIÃO

Resumo:

O transtorno do espectro autista é caracterizado por distúrbios no desenvolvimento das áreas de comunicação, interação social e comportamento. O presente estudo busca avaliar se crianças com autismo estão sendo incluídas no ensino regular com abordagens pedagógicas e adaptações curriculares para otimizar o seu potencial de desenvolvimento. Trata-se de uma pesquisa qualitativa (entrevistas individuais) que buscou identificar se a inclusão das crianças está ocorrendo e quais as dificuldades mencionadas pelos pais ou responsáveis. Ao todo, 41 pais ou responsáveis legais participaram do questionário e colocaram suas avaliações de forma objetiva e discursiva sobre a inclusão de seus filhos. As respostas indicaram que em uma perspectiva geral o ambiente escolar oferece apoio para o desenvolvimento das principais áreas afetadas pelo autismo porém ainda com muitas carências. A falta de profissionais habilitados para trabalhar as particularidades dos autistas pode acarretar em uma evolução tardia no desenvolvimento, as quais não têm suas necessidades atendidas e assim acabam prejudicando a sua inclusão devido a dificuldade na estruturação da inclusão do contexto prático. Os resultados sugerem que são inúmeras as dificuldades de inclusão de crianças autistas no ensino regular, entre elas a falta de preparo profissional, escolar e do diagnóstico tardio de algumas crianças.

Palavras-chave: Transtorno do espectro autista (TEA); Inclusão autista; Autismo na escola.

DIFFICULTIES IN INCLUDING AUTISTIC CHILDREN IN THE NEUROPEDIATRIC POPULATION OF GUARAPUAVA AND REGION

Abstract: Autism spectrum disorder has been characterized by disturbances in the development of the areas of communication, social interaction and behavior. The present study seeks to assess whether children with autism are being included in regular education with pedagogical approaches and curriculum adaptations to optimize their developmental potential. It is a qualitative research (individual interviews) that sought to identify whether the inclusion of children is taking place and what are the difficulties mentioned by parents or guardians. In all, 41 parents or legal guardians have participated in the questionnaire and put their assessments in an objective and discursive way about the inclusion of their children. The answers have indicated that, in a general perspective, the school's environment offers support for the development of the main areas affected by autism, but still with many needs. The lack of qualified professionals to work with the particularities of autistic individuals can lead to a late evolution in development, which have not their needs found yet and thus end up harming their inclusion due to the difficulty in structuring the inclusion of the practical context. The results suggest that there are numerous difficulties in including autistic children in regular education, including the lack of professional and school preparation and late diagnosis of some children.

Keywords: Autism Spectrum Disorder (ASD); Autistic inclusion; Autism at school.

DIFICULTADES PARA INCLUIR NIÑOS AUTÍSTICOS EN LA POBLACIÓN NEUROPEDIÁTRICA DE GUARAPUAVA Y REGIÓN

Resumen: El trastorno del espectro autista se caracteriza por alteraciones en el desarrollo de las áreas de comunicación, interacción social y comportamiento. Este

estudio busca evaluar si los niños con autismo están siendo incluidos en la educación regular con enfoques pedagógicos y adaptaciones curriculares para optimizar su potencial de desarrollo. Se trata de una investigación cualitativa (entrevistas individuales) que buscó identificar si se está produciendo la inclusión de niños y niñas y cuáles son las dificultades mencionadas por los padres o tutores. En total, 41 padres o tutores legales participaron en el cuestionario y expusieron de forma objetiva y discursiva sus valoraciones sobre la inclusión de sus hijos. Las respuestas indicaron que, en una perspectiva general, el entorno escolar ofrece apoyo para el desarrollo de las principales áreas afectadas por el autismo, pero aún con muchas necesidades. La falta de profesionales cualificados para trabajar con las particularidades de los autistas puede llevar a una evolución tardía en el desarrollo, que no tengan sus necesidades satisfechas y por tanto acaben perjudicando su inclusión por la dificultad de estructurar la inclusión del contexto práctico. Los resultados sugieren que existen numerosas dificultades para incluir a los niños autistas en la educación regular, incluida la falta de preparación profesional y escolar y el diagnóstico tardío de algunos niños.

Palabras clave: Trastorno del espectro autista (TEA); Inclusión autista; Autismo en la escuela.

Introdução

Por definição do dicionário eletrônico Aurélio, o termo inclusão quer dizer o ato de incluir e acrescentar, ou seja, adicionar coisas ou pessoas em grupos e núcleos que antes não faziam parte. Socialmente, a inclusão representa um ato de igualdade entre os diferentes indivíduos que habitam determinada sociedade. Valendo-se do fato que a inclusão possibilita a socialização e a mudança de pensamentos sobre estigmas presentes na sociedade, o impedimento dela se torna um retrocesso para determinadas camadas da população que a necessitam.

No contexto das camadas da sociedade que necessitam integralmente da aplicação da perspectiva inclusiva que está inserida o Transtorno do Espectro Autista (TEA) o qual é caracterizado por ter etiologias múltiplas. Desde o nascimento e por todo período de desenvolvimento, o indivíduo que for diagnosticado apresenta as mais diversas características, porém, as principais e mais relevantes para seu diagnóstico clínico envolvem alterações nas áreas de interação social, comunicação e comportamento.

Por se tratar de uma condição que afeta o neurodesenvolvimento, distúrbios como o de atenção, memória, percepção, linguagem, solução de problemas e interação social são os mais afetados. Diante dessas características é comum a crença na impossibilidade de permanência de crianças com autismo no ensino comum (BAPTISTA; BOSA, 2002). É dentro deste contexto que a inclusão de crianças com TEA se torna algo complexo dentro de ambientes escolares e algo que deve ser levado em consideração na capacitação de profissionais de ensino.

A inclusão adequada dessas crianças por profissionais previamente capacitados gera um desenvolvimento da comunicação e da interação social, áreas essas aprimoradas devido ao espaço escolar que fornece a oportunidade de convivência com outras crianças e da abordagem profissional do professor, cujas mediações favorecem a aquisição de habilidades diversas e aprimoramento pessoal.

Em face da importância que o ambiente escolar tem para o desenvolvimento de crianças com TEA, a interação com pares é de extrema importância para o desenvolvimento

infantil saudável, onde se desenvolvem formas específicas de cooperação, competição e intimidade (HARTUP, 1992; HARTUP, 1996; MATHIESON; BANERJEE, 2010).

O presente estudo busca identificar se os responsáveis legais reconhecem as principais dificuldades enfrentadas no processo de inclusão das suas crianças, os quais estão intimamente ligados com a interação em pares, adequação do material de ensino para autistas e preparo dos profissionais responsáveis. O estímulo ao neurodesenvolvimento realizado pelo ambiente escolar aprimora a construção das habilidades sociais, comportamentais e comunicativas. Além de ressaltar a necessidade de intervenções mais eficazes dos profissionais da educação sobre o contexto em que a criança está inserida.

A inclusão escolar autista

O Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que veio a instituir a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida tem por base ampliar a inclusão na esfera escolar de crianças portadoras de necessidades especiais, focando não apenas na inclusão escolar, mas também na inclusão política, social, cultural acadêmica e profissional (BRASIL, 2020).

Com base nessas políticas que a inclusão escolar brasileira fundamenta-se no reconhecimento do direito à educação, sendo as escolas responsáveis pelo ensino de cada aluno e por realizar os ajustes necessários ao seu aprendizado (BRASIL, 2001). A criança portadora do autismo tem por direito garantido a inserção adequada ao longo dos anos no ensino regular, capacitando-a para o convívio em sociedade com aprimoramento das áreas mais afetadas como a comunicação, interação e o comportamento.

É no contexto de valorização das políticas de inclusão e da necessidade da real aplicação delas na rede de ensino que a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que se evidencia a seguinte concepção:

A formação dos profissionais da educação possibilitará a construção de conhecimento para práticas educacionais que propiciem o desenvolvimento sócio cognitivo dos estudantes com transtorno do espectro autista (NOTA TÉCNICA N° 24/2013/MEC/SECADI/DPEE, 2013, p. 02).

Entretanto, o próprio termo inclusão traz implícita a ideia de exclusão, uma vez que só é possível reintegrar alguém que foi previamente desintegrado do contexto social (MANTOAN, 1997). Fato este observado na dificuldade de implementação de projetos inclusivos em ambientes escolares ao longo dos anos. O despreparo dos profissionais de educação perante alunos portadores de necessidades especiais se apresenta em questionários à exemplo do realizado neste artigo.

Um fato que gera certa instabilidade em políticas de inclusão especial e que deve ser ressaltado como bem se assevera a seguir, no texto da Política Nacional de Educação Especial:

Há um embate de idéias, concepções e práticas no âmbito mundial e não apenas no Brasil. De um lado, estão os defensores da educação especial e, de outro, os defensores da educação inclusiva, como se realmente fossem coisas diferentes. Portanto, faz-se urgente um esforço teórico e político para reconciliar posições extremas e trazer para a população brasileira o que existe de melhor nas duas possibilidades de atendimento, permitindo que o educando e as famílias tenham a possibilidade de decidir sobre quais direitos priorizar (BRASIL, 2020, p. 19).

O reflexo da necessidade de medidas mais incisivas para inclusão nas escolas de crianças com necessidades especiais como os portadores do autismo é vista nas inúmeras políticas e planos de educação lançados ano após ano. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 2010 cerca de 45,6 milhões de pessoas se declararam portadoras de alguma deficiência, o que correspondia a 23,9% da população brasileira.

População esta que teve sua formação escolar negligenciada de certa forma devido a não implementação correta das políticas de ensino especial.

Inúmeros são os desafios diante da Educação Especial, porém medidas como assegurar o atendimento educacional especializado (AEE) a qual a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 garantem por lei se torna uma medida inicial e de extrema importância para o desenvolvimento do aprendizado. Requisita-se que o professor do AEE possua formação específica para a Educação Especial, além de formação inicial que o habilite para o exercício da docência (BRASIL, 2009).

Os princípios da escola inclusiva devem estar enraizados na formação do professor. A escola inclusiva deve garantir, os seguintes direitos:

[...] o direito à educação;o direito à igualdade de oportunidades, o que não significa um “modo igual” de educar a todos e sim dar a cada um o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais;escolas responsivas e de boa qualidade;o direito de aprendizagem;e o direitoà participação (BALBINO, 2010, p. 41).

Portanto, no que tange a Educação Especial não são as limitações ou deficiências do aluno, mas sim os recursos, os ambientes e os espaços que devem ser adequados e acessíveis para cada aluno, sendo responsabilidade da escola estar em constante aprimoramento e enriquecimento da diversidade.

O autismo e suas particularidades

O termo autismo foi empregado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler no ano de 1911, em uma busca para explicar o retraimento e a fuga da realidade de seus pacientes portadores de esquizofrenia.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por ter etiologias múltiplas. Desde o nascimento até a idade adulta, o indivíduo que for diagnosticado apresenta as mais diversas características que comprometem as áreas de interação social, comunicação e comportamento. Tais alterações foram chamadas de 'tríade' por Lorna Wing e Judith Gould, em seus estudos realizados em 1979.

Na tríade do autismo é observado que a interação social é carregada de certo isolamento em relação às demais crianças. A comunicação se mostra limitada devido à dificuldade de fala o que se parece muito com uma timidez. Já o comportamento das crianças se apresenta alterado devido ao fato de viverem em um mundo imaginário, expressando comportamentos obsessivos no seu dia a dia e uma constante repetição de movimentos.

Para tal, observa-se que o Transtorno do Espectro Autista é definido da seguinte maneira:

Um distúrbio do desenvolvimento, sem cura e severamente incapacitante. Sua incidência é de cinco casos em cada 10.000 nascimentos caso se adote um critério de classificação rigoroso, é três vezes maior, se considerarmos casos correlatos, isto é, que necessitem do mesmo tipo de atendimento (MANTOAN, 1997, p.13).

A dificuldade de aprendizado das crianças autistas está diretamente ligada com a 'tríade', sendo necessárias práticas e estímulos que agem de forma direta nas três áreas. O aprendizado de forma lenta e repetitiva se mostra importante para o aprimoramento e crescimento do saber individual.

Outro fator limitante para o transtorno do espectro autista é a rotina. As crianças apresentam certa resistência a processos apresentados pois qualquer quebra nele pode levar a agitação e mudança no ritmo regular. Gikovate (2009, p. 15) destaca que “a quebra de uma rotina pode desencadear um comportamento agitado no qual a criança se recusa a ir em frente enquanto não se retorna ao padrão anterior”.

Até o presente momento, o autismo não apresenta uma cura, porém, existe tratamento. O acompanhamento multidisciplinar com médicos neurologistas e pediatras, fonoaudiólogos, professores, psicólogos e família se mostram de extrema importância para a evolução pessoal do paciente. Sendo necessário o diagnóstico completo e fechado do médico após observação e ausculta da equipe multidisciplinar.

O papel do professor na inclusão de crianças autistas

Quando o assunto é educação, logo vêm à mente o trabalho do professor e seus objetivos frente ao contexto do ensino ao qual ele está inserido. O professor por definição deve ser um facilitador, mediador e articulador do conhecimento. Por deter a informação, ele deve da melhor forma possível passar aos seus alunos seu saber a fim de alcançar o objetivo do aprendizado completo.

Para que se possam alcançar seus objetivos no processo de educação, o professor deve desenvolver metodologias diversificadas e flexíveis a fim de adequar a cada característica de seus alunos o ensino de qualidade ofertado. Independente das diversidades encontradas no ambiente escolar o propósito final deve ser único, a obtenção da qualidade de ensino para todos.

O professor frente ao processo de inclusão é o maior responsável, pois é dele que vem o primeiro contato com o ainda desconhecido ambiente escolar. O papel do educador inicialmente deve ser voltado para socialização do aluno para que suas dificuldades de

interação se tornem cada vez menores. A aplicação de novas metodologias em grupo com os demais alunos deve ser feita gradualmente e com sensibilidade, visto que é com o processo de socialização que se constitui o desenvolvimento e aprendizagem.

O nível de desenvolvimento da aprendizagem do autista geralmente é lento e gradativo, portanto, caberá ao professor adequar o seu sistema de comunicação a cada aluno. O aluno deve ser avaliado para colocá-lo num grupo adequado, considerando a idade global, fornecida pelo PEP-R, desenvolvimento e nível de comportamento. É de responsabilidade do professor a atenção especial e a sensibilização dos alunos e dos envolvidos para saberem quem são e como se comportam esses alunos autistas (SANTOS, 2008, p. 30).

É de extrema importância que para alcançar o objetivo do aprendizado o professor conheça por completo o transtorno do espectro autista. Saiba suas particularidades e sua definição a fim de adequar o processo de ensino. Ter uma base teórica e prática do que é a educação especial se torna uma ferramenta importantíssima para a construção do aprendizado.

Para se fundamentar das ferramentas adequadas no processo de aprendizado o profissional da educação deve receber a formação adequada voltada também para a Educação Especial, nesse contexto que:

Para que a escola possa promover a inclusão do autista é necessário que os profissionais que nela atuam tenham uma formação especializada, que lhes permita conhecer as características e as possibilidades de atuação destas crianças. Tal conhecimento deveria ser efetivado no processo de formação desses profissionais, sobretudo dos professores que atuam no ensino fundamental (SILVA; BROTHERHOOD, 2009, p. 3).

Sobre o professor cai a responsabilidade de desenvolver atividades adequadas para cada criança seguindo o seu grau de conhecimento e instrução. A análise do desenvolvimento individual é papel essencial para buscar novas formas de transpor o conhecimento corretamente.

Temos observado na realidade educacional, que a formação de professores não oferece uma base sólida nos aspectos teóricos e práticos, de modo, que poucos professores possuem uma formação básica centrada nos aspectos inclusivos ou específica para o autismo, isso implica na falta de compreensão acerca das necessidades diferenciadas e conhecimentos necessários para ensinar a criança com autismo (BARBOSA et al., 2013, p. 19776).

Observa-se que para o sucesso do processo de inclusão das crianças autistas o professor é peça essencial. Sua formação voltada para meios de diversidade reflete diretamente no desenvolvimento dessas crianças. A capacitação adequada em conjunto com uma base curricular seguindo as normativas de ensino especial são essenciais para o sucesso na formação, “para que haja esse ensino de qualidade é necessário currículo apropriado de modo que promova modificações organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos, dentre outros” (MENDES, 2002 apud BRANDE; ZANFELICE, 2012, p. 44).

Metodologia

O presente trabalho busca uma abordagem qualitativa, a partir de questionários enviados por WhatsApp aos responsáveis legais por crianças com Transtorno do Espectro Autista visto a necessidade de se tratar do tema.

A pesquisa ocorreu de forma remota por meio de questionário previamente aprovado. O questionário buscava abordar a conhecida como ‘tríade’ do autismo nas quais estão a

comunicação, interação social e comportamento. A busca da relação da rede de ensino com o aprimoramento dessas áreas foi o foco temático do artigo.

No que envolve ao questionário realizado com os pais ou responsáveis legais o qual segue os mesmos planejamentos de uma entrevista, se pode dizer que:

Os dados advindos das entrevistas requerem que o entrevistador tenha tempo e exige alguns cuidados, entre eles destacam-se: o planejamento da entrevista; a escolha do entrevistado; a oportunidade da entrevista, ou seja, a disponibilidade do entrevistado; as condições favoráveis que possam garantir ao entrevistado o segredo de suas confidências e de sua identidade e, por fim, a preparação específica que consiste em organizar o roteiro ou formulário com as questões importantes (LAKATOS; MARCONI, 1996, p. 00).

O roteiro do questionário foi formulado voltado para que os pais ou responsáveis pudessem expressar suas opiniões referente ao processo de educação das crianças com autismo. Perguntas abertas e fechadas foram utilizadas para dar mais dinâmica ao questionário e facilitar a compreensão geral.

Resultados

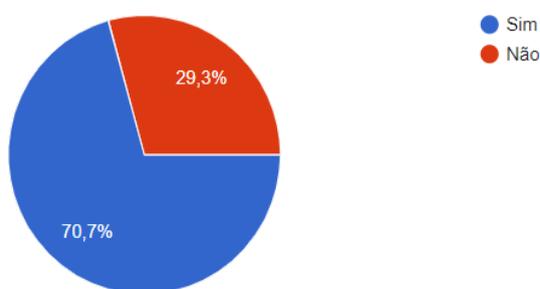
Para compreensão correta do que foi visto até agora sobre as dificuldades de inclusão de crianças autistas da rede regular de ensino e compreender os dados coletados no questionário é muito importante entender as medidas até hoje aplicadas para melhorar e avançar a oferta de ensino.

Vale ressaltar que o questionário foi construído pensando na 'tríade' do autismo e na busca de identificar se está ocorrendo progresso nas áreas de comunicação, interação social e comportamento.

O questionário foi aplicado aos pais e responsáveis de crianças menores de 18 anos, do sexo masculino ou feminino, e que freqüentam o ambiente escolar.

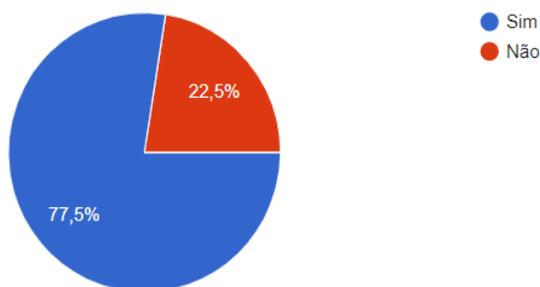
A área da comunicação foi investigada ao questionar os pais ou responsáveis legais se houve melhora na forma de se expressar e aprimoramento na linguagem oral e escrita fruto do convívio com o ambiente escolar. A prevalência em relação à forma de se expressar foi positiva em 77,5% dos participantes, e o aprimoramento oral e escrito também se mostrou positivo em 70,7% dos participantes do estudo.

Figura 1 – A linguagem oral e escrita do seu filho(a) melhoraram com a ajuda do ambiente escolar?



Fonte: Autor da pesquisa, (2021).

Figura 2 – Você acredita que a forma de se expressar do seu filho(a) melhorou com a ajuda do ambiente escolar?



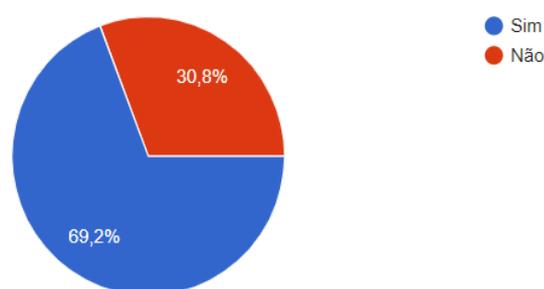
Fonte: Autor da pesquisa, (2021).

Dinâmicas voltadas para a adequação do processo de ensino especial e a criação de vínculo com o aluno autista facilitam que áreas da comunicação tão afetadas se aprimorem com o passar dos anos. É nesse sentido que a Política Nacional de Educação Especial, afirma que:

[...] política educacional equitativa – conjunto de medidas planejadas e implementadas com vistas a orientar as práticas necessárias e diferenciadas para que todos tenham oportunidades iguais e alcancem os seus melhores resultados, de modo a valorizar ao máximo cada potencialidade, e eliminar ou minimizar as barreiras que possam obstruir a participação plena e efetiva do estudante na sociedade (BRASIL, 2020, p. 41).

O comportamento da criança autista foi avaliado através de dados sobre autocontrole e desatenção. Observou-se que 69,2% dos pais ou responsáveis acenaram a favor da melhora desses itens advindo do convívio com o ambiente escolar. O resultado favorável pode indicar que o convívio interpares melhora o comportamento da criança, a qual se torna uma grande barreira nos ambientes escolares.

Figura 3 – Situações como desatenção e falta de autocontrole apresentaram melhora com a inserção do seu filho(a) no ambiente escolar?



Fonte: Autor da pesquisa, (2021).

Ao ser questionado sobre uma possível melhora na mudança de comportamento dos seus filhos, fruto do convívio com o ambiente escolar, algumas respostas foram selecionadas. A responsável do paciente 01 e 37 relataram positivamente uma melhora,

“Sim,percebi que o vocabulário dele melhorou em relação ao comportamento ele evoluiu bastante também, obedece mais comandos, melhorou a concentração nas atividades, a parte da imaginação está surgindo com mais freqüências nas brincadeiras" (RESPONSÁVEL DO PACIENTE 01).

Já na resposta do responsável do paciente 37, observou-se que:

“Bastante! Uma das coisas que lembro que mudaram no comportamento dele, foi a relação dele com brinquedos. Acho que o fato de ele ver as crianças brincando o fez perceber a funcionalidade de alguns brinquedos (ex: carrinho serve para empurrar e/ou puxar, não para de ver os pneus girando)” (RESPONSÁVEL DO PACIENTE 37).

No que tange a interação social de crianças autistas foi questionado se houve melhora com o ambiente escolar. O relato do responsável 01, 09 e 30 exemplifica a evolução das crianças,

“Foi um dos principais aspectos que percebi evolução, o interesse dele por interagir com outras pessoas cresceu muito” (RESPONSÁVEL DO PACIENTE 01).

Em relação ao responsável do paciente, o mesmo retratou que:

“Sim, começou a se relacionar melhor com as pessoas, desenvolveu interesse em outras crianças” (RESPONSÁVEL DO PACIENTE 09).

O responsável do paciente 30, trouxe a seguinte percepção:

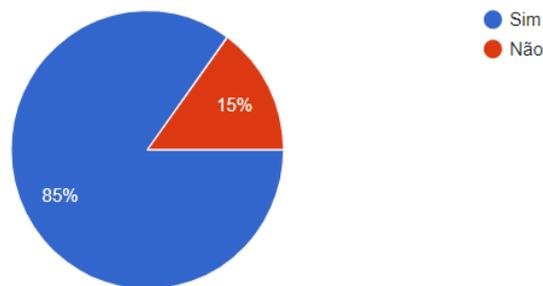
“A interação social foi o que mais melhorou, foi muito bom pra ela” (RESPONSÁVEL DO PACIENTE 30).

Perguntas sobre o processo de aprendizado e a capacitação dos profissionais foram levantadas com os responsáveis para saber se está havendo adequação ao

processo de ensino para seus filhos, já que existem normativas que garantem o ensino adaptado.

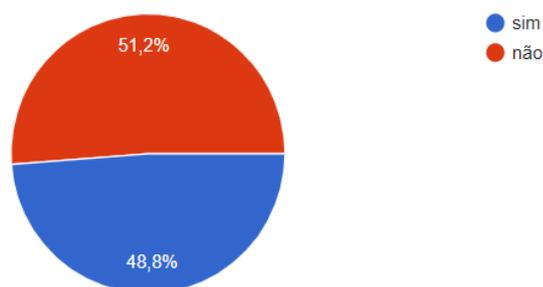
Ao ser questionado o conhecimento sobre a garantia da presença de um professor auxiliar assegurada por lei, 85% das respostas sinalizaram positivamente. Porém, em contraposto a essa afirmação foi questionado se a criança autista tem um professor auxiliar, neste caso, a resposta de 51,2% foi negativa, mostrando que apesar de saber dos seus direitos mais da metade não os usufrui.

Figura 4 – Você sabia que a lei brasileira de inclusão assegura a oferta de um profissional de apoio para estudantes autistas matriculados em qualquer nível ou modalidade de ensino de escolas públicas ou privadas?



Fonte: Autor da pesquisa, (2021).

Figura 5 – Seu filho (a) tem um professor auxiliar?



Fonte: Autor da pesquisa, (2021).

Sobre os processos de ensino foi questionado se o professor responsável pela educação da criança autista está realmente preparado para as particularidades de ensino que ele apresenta. Das respostas obtidas sua maioria foram negativas quanto a qualificação para as necessidades educacionais especiais, a exemplo das respostas 15, 34 e 35,

“Acredito que não, a maioria dos professores nem sabe o que é autismo, e os que sabem, não sabem como lidar. O material didático é o mesmo das crianças típicas, nada diferente. Parece que crianças autistas são um fardo do qual todos querem fugir” (RESPONSÁVEL DO PACIENTE 15).

Já o responsável do paciente 34, retratou que:

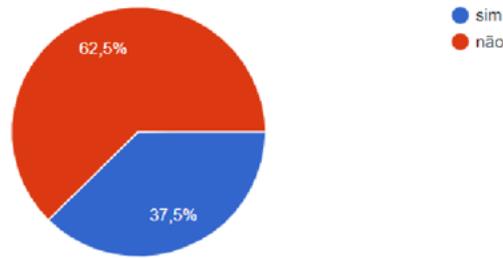
“Não vejo uma preparação dos professores de ensino regular em relação ao autismo ou qualquer outra especificidade. Não há investimento em formação, exemplo disto eram os professores auxiliares que já acompanharam ele nestes anos, nenhum era formado na área, eram estagiários” (RESPONSÁVEL DO PACIENTE 34).

Por fim, o responsável do paciente 35, demonstrou a seguinte opinião:

“Não, vejo que quase nenhuma das professoras do município estão preparadas para atender uma criança com autismo ou outra necessidade especial, falta muito ainda para elas aprenderem a lidar com crianças especiais” (RESPONSÁVEL DO PACIENTE 34).

Ainda nesse contexto do processo de ensino foi questionado aos responsáveis se as tarefas de casa e provas aplicadas são adaptadas para as crianças com autismo. 62,5% responderam que não, demonstrando a falta de inserção das políticas de ensino adaptado.

Figura 6 – As tarefas de casa e provas são adaptadas para o seu filho (a)?



Fonte: Autor da pesquisa, (2021).

Em relação ao fato das crianças autistas necessitarem de uma atenção redobrada no processo de ensino, foi questionado se os responsáveis consideram que esse critério estava sendo cumprido de forma integral e satisfatória. Em um contexto geral as respostas foram mais positivas e as que melhor exemplificam foram as respostas dos responsáveis dos pacientes 01, 16 e 17.

“Acho que as professoras ainda não estão preparadas para ensinar crianças com dificuldades no aprendizado, não há insistência, eu que insisto em casa para ela aprender” (RESPONSÁVEL DO PACIENTE 01).

O responsável do paciente 16 trouxe as seguintes ponderações:

“Acredito que não, pois não observamos isso refletido em aprendizagem. Na verdade ele não aprende nada, e acho que as professoras para não perderem tempo, meio que deixam ele de lado, até porque precisam dar conta dos demais alunos. Seria necessária uma professora pra turma e outra só pro (participante), mas aí cresceria com uma ‘muleta’, e não sei até onde isso seria útil na vida dele”(RESPONSÁVEL DO PACIENTE 16).

Em relação ao responsável do paciente 17, o mesmo demonstrou as seguintes percepções:

“Sinceramente acho que não. Em sala de aula o professor não pode dar atenção somente para o aluno com autismo. Por isso acredito que deveria ter alguém responsável por ajudar essas crianças”(RESPONSÁVEL DO PACIENTE 17).

Por fim, foi questionado ao responsável se com o passar dos anos está havendo um aperfeiçoamento da criança autista no ambiente escolar. As respostas em sua grande maioria foram positivas, mostrando que houve evolução mesmo que discreta. As seguintes respostas 3, 11 e 30 exemplificam com mais exatidão,

“Sim, quando ele ficou afastado da escola devido a pandemia a evolução estava mais lenta, mas com o retorno das aulas é possível verificar o crescimento dele em todos os aspectos. Como comunicação, comportamento, social e imaginação”(RESPONSÁVEL DO PACIENTE 03).

As percepções trazidas pelo responsável do paciente 11, foram as seguintes:

“Sim, bastante! Infelizmente com a chegada da pandemia do novo coronavírus e os impedimentos para a continuação das aulas presenciais, sentimos como se todo o progresso que o (nome do paciente) estava conquistando dentro do ambiente escolar fosse pausado. Para citar duas coisas que já haviam mudado no comportamento da rotina escolar dele: a professora do ano passado relatou que o (nome do paciente) já não tentava fugir da sala de aula quando a porta se abria, e que já sentava na rodinha com os colegas no início das aulas. Um bônus: as professoras sempre diziam para as crianças que o (nome do paciente) é autista e que isso era a causa do comportamento diferente dele, então os coleguinhos (com 4 anos, na época) tinham muita empatia e cuidados com o (nome do paciente).

Diziam para ele não fugir da sala, cuidavam para a porta não ficar aberta e ele não fugir, etc. Quanto às habilidades pedagógicas, agora ele ao menos já consegue segurar no lápis adequadamente e fazer rabiscos"(RESPONSÁVEL DO PACIENTE 11).

O responsável do paciente 30, trouxe as seguintes reflexões a respeito da influência do ambiente escolar, na evolução da criança, aos quais:

“Sim! Houve muitos avanços mesmo estando com acompanhamento on-line no momento. E durante o período de creche uma professora que acompanhou a minha filha foi fundamental, pois ela organizou uma rotina, colocou cartazes com orientação em lugares como o banheiro, carregava consigo minifichas e usava para solicitar algo quando necessário, providenciou até fone para ela usar nos momentos em tinha muito barulho em sala, tinha sempre algumas estratégia com objetos, jogos e outro e usava para acalmar e entreter minha filha. Alguém com muita sensibilidade como a minha filha" (RESPONSÁVEL DO PACIENTE 30).

Para tal, após demonstrar os resultados coletados, é necessário se realizar a discussão de estudo para melhor compreensão de seus processos.

Discussão

Após avaliação dos resultados obtidos durante o questionário percebemos a necessidade de políticas de inclusão para crianças autistas nas redes de ensino regular. Compreender que o processo de ensino envolve a inclusão em um âmbito geral e não apenas no papel em torno dos profissionais da educação, tornando as medidas mais práticas do que teóricas. O governo, família e a escola devem trabalhar em conjunto em busca da qualidade do ensino ofertado.

Como dito anteriormente, não se pode falar no processo de inclusão sem falar no processo de exclusão o qual está enraizado na educação especial. É nesse contexto que o governo deve atuar capacitando os profissionais de educação da melhor forma possível, dando a eles ferramentas para se adaptar às diversidades presentes em uma sala de aula, tornando um processo antigo de exclusão em algo do passado.

A escola deve agir de forma a criar dinâmicas inclusivas e que apoiem o aluno e o professor. O professor tem que ter os materiais, o espaço e o suporte necessário para adaptar o ensino comum para o ensino especial. Já a família deve ser o suporte e a ligação entre o aluno e o ensino. A comunicação entre pais e professores fortalece o crescimento pessoal do aluno e ajuda na evolução.

Por meio deste trabalho, foi possível identificar que o professor é a peça essencial para as medidas de inclusão no ensino regular. Ele pode ser considerado o mediador da inclusão, pois deve estar preparado para a formação do aluno com um aprimoramento contínuo facilitando desta forma a inclusão de crianças autistas no ensino regular.

Existem inúmeras formas e métodos de adaptar o ensino para crianças autistas, mas cada um deles deve ser avaliado para cada aluno individualmente de acordo com as limitações de cada região. A individualidade de cada criança torna o processo de ensino algo a ser construído gradualmente e a rotina é um fato essencial que mantém a ligação entre o ensino e o aluno.

Segundo Battisti e Heck (2015), o exemplo de método mais prevalente das redes de ensino brasileira é o Son-Rise que busca fazer com que todos os envolvidos com a criança autista sejam capazes de juntos construir novas maneiras de comunicação e interação, por meio de atividades lúdicas que forneçam o aprendizado, a autonomia e a inclusão.

Devido melhora significativa durante o tratamento da criança no espectro autista, pois oferece uma abordagem educacional prática e abrangente para inspirar as crianças, adolescentes e adultos com

autismo a participarem ativamente em interações divertidas, espontâneas e dinâmicas com os pais, outros adultos e crianças (TOLEZANI, 2010, p. 8).

Observou-se através das respostas que as maiores dificuldades de inclusão das crianças autistas envolvem a falta de aplicação das políticas de ensino especial devido ao despreparo dos profissionais de educação. Porém, vale ressaltar que o processo de inclusão é possível sim, e para que ele alcance a integralidade o conjunto família, governo e escola devem trabalhar unidos para isso.

Considerações finais

Por meio deste estudo foi possível compreender um pouco sobre o autismo e seu contexto de dificuldade de inclusão no sistema de educação da região. Observar inúmeros programas nacionais de ensino e estudos teóricos buscando compreender as razões para as limitações torna a mudança algo menos lentificado.

Estudos que envolvem processos de educação e inclusão despertam na vida acadêmica maior interesse e busca para romper barreiras presentes na sociedade. Buscar compreender e modificar o sistema de educação traz benefícios em um contexto geral, não apenas em situações pontuais.

As limitações encontradas durante este estudo foram o número de pacientes participantes o qual se mostrou pequeno em contrapartida a importância que estudos com esta temática apresentam. A intenção foi mapear a população da região que ainda não apresenta dados a esse respeito. Os dados podem ser aprimorados ao avaliar quais atendimentos extra-ambiente escolar que crianças autistas recebiam para assim melhor avaliar a participação do ambiente escolar nas mudanças comportamentais de linguagem e interação social. Porém, este não foi o objetivo proposto para o estudo neste momento, mas sim em uma perspectiva futura.

Referências

BALBINO, E. S. **A inclusão de uma aluna com deficiência visual na universidade estadual de alagoas: um estudo de caso.** 2010. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Maceió, 2010.

BAPTISTA, C. R.; BOSA, C. **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção.** **Posto Alegre: Artmed**, p. 127-144, 2002.

BARBOSA, A. M.; ZACARIAS, J. C.; MEDEIROS, K. N.; NOGUEIRA, R. K. S. O papel do professor frente à inclusão de crianças com autismo. In: **XI Congresso Nacional de Educação Educere**, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, de 23 a 26 de setembro de 2013.

BATTISTI, A. V.; HECK, G. M. P. **A inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica: teoria e prática.** Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2015.

BRANDE, C. A.; ZANFELICE, C. C. A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v.25, n.42, p.43-56, Jan./Abr., 2012.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que veio a instituir a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida.**

_____. **Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE, orientação aos sistemas de ensino para implementação da Lei nº 12.764/2012.**

_____. **Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009, institui Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.**

_____. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.**

FERREIRA, **Aurélio** Buarque _____ de Holanda. **Dicionário** Eletrônico **Aurélio** Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999.

GIKOVATE, C. G. **Autismo: compreendendo para melhor incluir.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

HARTUP, W. W. A empresa que mantêm: amizades e seu significado para o desenvolvimento. **Desenvolvimento infantil**, v.67, n.1, p.1-13, 1996.

_____. **Friendships and their developmental significance.** In H. McGurk (Ed.), *Childhood social development: Contemporary perspectives* (pp. 175–205). Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 1992.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa.** 3 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

MANTOAN, M. T. E. **Pensando e fazendo educação de qualidade.** São Paulo: Moderna, 2001.

MATHIESON, K.; BANERJEE, R. Preschool peer play: The beginnings of social competence. **Educational and Child Psychology**, n.27(1), p.9-20, 2010.

SANTOS, A. M. T. **Autismo: desafios na alfabetização e no convívio escolar.** São Paulo: Centro de Referência em Distúrbios de Aprendizagem, 2008.

SILVA, M. C. B. L.; BROTHERHOOD, R. M. Autismo e inclusão: da teoria à prática. In: **V ECPP**, Maringá, Out., 2009.

TOLEZANI, Mariana. Son-rise uma abordagem inovadora. **Revista Autismo: informação gerando ação**, São Paulo, ano 1, p.8-10, Set., 2010.

Recebido em: Editor
Aceite em: Editor